Capítulo XI

Nacionalismo e cosmopolitismo

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Nacionalismo e cosmopolitismo. pp. 149-163. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo XI

Nacionalismo e cosmopolitismo

Uma das melhores indicações de como o capitalismo autoritário no Brasil já foi bem longe no seu desenvolvimento está no fato não só de ter sido capaz de criar um escudo nacionalista adequado que protegeu os seus primeiros passos, como também de ter podido, depois de garantido esse desenvolvimento inicial, buscar gradativamente um novo *modus vivendi* com o capitalismo internacional. A compreensão dessas diferentes fases do desenvolvimento e particularmente da articulação entre elas ainda é obscurecida em geral pela política imediata do dia a dia. Todavia, como tentaremos indicar neste capítulo, essa compreensão é básica para um entendimento claro e global da natureza do capitalismo autoritário.

Nacionalismo

Aparentemente em 1945 – apesar dos *slogans* predominantemente liberais do movimento que levou à queda do Estado Novo – o autoritarismo no seu sentido estrutural mais profundo, e o nacionalismo como a base para a política governamental, estavam firmemente estabelecidos. Deve-se acrescentar que além do mais havia uma relação estreita entre autoritarismo e nacionalismo, tal como havia nessa fase, no campo da oposição, uma relação igualmente forte entre liberalismo e cosmopolitismo¹.

No que se refere ao autoritarismo, o simples fato de o candidato à Presidência indicado por Vargas e que havia sido seu ministro da Guerra ter vencido o candidato que se apresentava como liberal é significativo quanto à posição das principais forças sociais. O mesmo é verdade quanto à eleição de Vargas em 1950 e de Kubitschek em 1955. A manutenção da estrutura

¹ “Cosmopolitismo” é um termo neutro que utilizaremos para designar o oposto de nacionalismo, implicando basicamente numa atitude favorável a uma integração sem maiores barreiras no sistema capitalista internacional com poucas restrições ao capital estrangeiro e apoio ao livre comércio. Esses traços são – em geral identificados com o liberalismo num sentido amplo. Como se verá adiante, no entanto, em nossa opinião o liberalismo interno e cosmopolitismo não vêm necessariamente juntos. O cosmopolitismo (tal como o nacionalismo) diz respeito às relações com o “exterior” e pode associar-se também ao autoritarismo.

administrativa erigida durante o Estado Novo – e da organização sindical de inspiração corporativista – é ainda mais significativa.

É importante para se compreender o liberalismo político no Brasil levar em conta também que em parte ele foi apenas a linguagem utilizada por determinados partidos e agrupamentos para expressar (e camuflar) os interesses que representavam, nem sempre os mesmos, mas sobretudo a oposição ao autoritarismo na sua forma centralizada. Uma das suas raízes principais estava, paradoxalmente se não o pensarmos como linguagem, no autoritarismo descentralizado. Isso não significa dizer que não pudesse haver setores efetivamente liberais, porém para os partidos a que aderiam o liberalismo não representava seguidamente de fato um antiautoritarismo generalizado. De qualquer maneira, tratava-se certamente o liberalismo de uma importante força política. Mas enquanto oposição, já que o sistema não comportava nem uma volta atrás radical na centralização, nem a atualização de um liberalismo autêntico. As forças liberais tenderam a levar a melhor em determinados momentos críticos para o sistema político. Mas quando chegavam ao poder, gradativamente perdiam a sua identidade liberal. Isso parece demonstrar que o liberalismo simplesmente não era viável como base para a política estatal.

O mesmo pode ser dito do cosmopolitismo, que no que diz respeito às relações com o exterior se opõe (tal como internamente o liberalismo ao autoritarismo) ao nacionalismo. Em 1946-47 deu-se um intervalo de cosmopolitismo e a maneira pela qual as coisas evoluíram ilustra bem a inviabilidade na época de uma política cosmopolita. Embora o governo Dutra seja lembrado como sendo *entreguista* e sem inspiração, Skidmore (1969a: 70-71; 1969b: 97-98) é extremamente claro a esse respeito:

A política econômica do início do governo Dutra, baseada em um mínimo de controles em cada setor, bem cedo se mostrou contraproducente. As reservas cambiais que, em 1945, totalizavam US\$ 708 milhões, foram virtualmente dissipadas depois de ano e meio. Os pequenos saldos externos que sobraram estavam em contas bloqueadas, reduzindo o ativo líquido no exterior a apenas US\$ 92 milhões, no fim do primeiro trimestre de 1947. A política de satisfazer a procura interna mantendo um alto nível de importações entrara em choque com o fato da limitada capacidade do Brasil para importar. Em essência, o Brasil tentara voltar ao nível de importações que havia prevalecido em 1929. Mas a renda nacional crescera de 50

por cento sobre a de 1929, ao passo que a capacidade de importação permanecera a mesma. Um equilíbrio a curto prazo só poderia ser conseguido pela adoção de uma dentre duas medidas: a desvalorização ou o controle do câmbio. Escolhendo esta última, o regime de Dutra, provavelmente sem perceber as implicações de sua própria atitude, forneceu um poderoso estímulo à industrialização brasileira (...). Este processo não foi, de modo algum, produto de uma política deliberada por parte do governo Dutra. Ao contrário, resultou de medidas destinadas à solução de problemas imediatos, tais como a inflação interna e o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Os controles cambiais de 1947 agiram de modo semelhante à política de apoio ao café da década de 30, já analisada. Nenhuma das duas políticas se destinava a promover a industrialização, mas ambas tiveram este efeito. Do ponto de vista dos que defendiam a industrialização do Brasil, são exemplos de “sonambulismo” no planejamento da política econômica.

A pura e simples desvalorização havia sido a política brasileira antes de 1930 e era o que os governos e banqueiros estrangeiros ortodoxamente continuavam a insistir que deveria ser feito. Mas o capitalismo havia crescido dentro do país e embora não funcionasse “automaticamente” e prosseguisse dependendo de controle administrativo, não podia ser ignorado. Os preços dos bens industriais tendiam a subir no mercado internacional e as bases da antiga divisão internacional do trabalho ou mesmo de uma mudança muito gradual nela estavam enfraquecidas. Tentar voltar a uma política de produtor agrícola clássica não era possível. Havia novos e importantes fatores em jogo. No longo prazo não se podia ir senão adiante com a industrialização, mesmo sem essa intenção. Obviamente, é muito difícil julgar intenções e é difícil saber até que ponto e para quem a política industrializante não era intencional. É verdade, no entanto, que na época muitas autoridades e setores da opinião pública acreditavam que o Brasil devia ser fiel a sua vocação como um “país essencialmente agrícola”.

Outro campo em que a intervenção estatal prevaleceu foi o do planejamento regional. O funcionamento “espontâneo” da economia estava levando a um desequilíbrio regional crescente em favor do Centro-Sul. Tratava-se de um processo secular, mas a industrialização concentrada tornava-o pior. Por razões políticas isso não podia ser ignorado e diversas agências de desenvolvimento regional foram montadas. No caso da Amazônia e do Nordeste foi estipulado na Constituição de 1946 que 3% da

renda tributária da União deveria ser alocada a cada região para projetos de desenvolvimento. Embora os resultados na ocasião fossem medíocres, demonstravam uma tendência, e foram os precursores de programas e agências posteriores.

No início dos anos 50 o nacionalismo e o intervencionismo estatal prosseguiram. Muitas medidas foram tomadas, obviamente, que iam em direção contrária. O compromisso era necessário e de fato fazia parte do sistema. Porém isso não significa, como se poderia argumentar, que as medidas em uma direção anulavam as que iam em direção oposta. A verdade é que as medidas não-nacionalistas e liberais não faziam mais do que reafirmar as tendências “espontâneas” existentes, as quais eram um legado dos tempos pré-industrialização, ao passo que as medidas nacionalistas abriam um *novo* caminho e eram portanto de natureza diferente e irredutível. As primeiras medidas eram principalmente defensivas do ponto de vista dos seus patrocinadores, ao passo que estas últimas constituíam passos positivos dos quais nesse período não houve em geral retiradas significativas uma vez tomadas.

Entre outras medidas concretas deve-se assinalar a criação do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico, o estabelecimento de categorias múltiplas para as importações, o que “serviu como poderoso instrumento para canalizar as importações para setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico de base” (Skidmore, 1969a: 95; 1969b: 127), a fixação de limites para a remessa de lucros para o exterior e a criação da Petrobrás.

Isso tudo não significa dizer que o nacionalismo fosse aceito de forma ampla. Sofria uma oposição severa, não só por causa dos interesses agrários exportadores e do setor das camadas médias que se identificava com eles, mas também devido a uma aliança pragmática que tendeu a solidificar entre o capitalismo autoritário e a Esquerda. Isso causou grandes tensões e em muitos setores (de todas as tendências) o nacionalismo e o comunismo eram identificados. O nosso interesse aqui, no entanto, é acentuar como o nacionalismo dos anos 30 em diante tornou-se uma política necessária para os que estavam no governo e como o cosmopolitismo, desse ponto de vista, só poderia ser responsável por curtos intervalos em política, não por uma política de longo prazo.

Transição para o cosmopolitismo

Em 1954-55 houve um novo intervalo curto² até que Kubitschek subisse ao governo. Já mencionamos os avanços do processo de substituição de importações durante a sua administração³. Em nossa opinião esse período anunciou mudanças que somente se completariam depois de 1964; embora essa conexão em geral não seja reconhecida.

Quando Kubitschek assumiu o governo, o Brasil já era praticamente autossuficiente em bens de consumo leves. A industrialização se concentrou em bens de consumo duráveis e bens de capital. Para isso era necessário mais capital e uma tecnologia mais sofisticada do que até então. Sendo parte de um desenvolvimento desigual e combinado, normalmente esse capital e tecnologia não seriam fornecidos por fontes internas, já que isso significaria refazer passos já dados pelo desenvolvimento capitalista em escala mundial. Consequentemente, o período Kubitschek assistiu a uma virada crucial na direção dos investidores estrangeiros a quem foram dados incentivos especiais.

Houve grande desenvolvimento industrial nesse período e juntamente com o investimento estrangeiro, investimentos estatais diretos e indiretos continuaram a crescer, particularmente em comunicações e na produção de energia, havendo a “adesão explícita a um modelo de economia mista” (*Conjuntura Econômica*, 1973: 78). Uma consequência importante dessa dupla tendência foi que a “burguesia nacional” que estava se desenvolvendo com apoio estatal desde os anos 30, começou a ser imprensada. Antes de 1930 ela se assemelhara em certos aspectos no seu desenvolvimento inicial a uma burguesia “espontânea”. Mas com o passar do tempo veio a servir como um instrumento do Estado para o desenvolvimento. No final dos anos 50, no entanto, devido às exigências crescentes de capital e tecnologia, não era mais capaz de servir como o principal meio de apoio ao desenvolvimento. Isso não significa dizer que passou por um puro e simples

² Durante esse intervalo, que se seguiu ao suicídio de Vargas, houve tentativas de eliminar o “confisco cambial” que permitia a transferência de capital da agricultura para a indústria e de impor uma severa política monetarista que abaixaria os níveis de produção. É significativo, no entanto, que essas medidas foram bloqueadas e não chegaram a se efetivar.

³ É óbvio que como estamos focalizando características estruturais e somente discutindo políticas econômicas na medida em que sejam consequências dessas características, a divisão em períodos presidenciais é apenas uma referência conveniente.

desaparecimento. Pelo contrário, muitos dos seus membros prosperaram com o crescimento industrial do período. Mas permanece o fato de que os postos-chave nos chamados setores dinâmicos da economia foram assumidos diretamente pelo Estado e por investidores estrangeiros. Em termos relativos perderam um considerável peso econômico e político. Na maioria dos casos ou a sua dependência do Estado cresceu ou se tornaram sócios menores dos investidores estrangeiros. Nesse último caso tenderam a perder o seu caráter “nacional”.

O nacionalismo continuou sendo a face externa da política estatal sobretudo na medida em que o *Desenvolvimentismo* se identificava com o nacionalismo. Este último tornou-se a palavra de ordem do governo e era como se, no que dizia respeito ao desenvolvimento, os fins justificassem os meios. Alguns teóricos chegavam a argumentar que o controle nacional sobre os setores da economia que estavam cada vez mais sob o domínio estrangeiro seria retomado numa fase posterior do desenvolvimento.

O fato é que o nacionalismo continuou a ser um importante ponto de referência e uma base para se avaliar a política governamental. Um Instituto Superior de Estudos Brasileiros patrocinado pelo Estado foi montado e tornou-se o principal centro de elaboradas discussões ideológicas sobre as relações entre nacionalismo e desenvolvimento.

Até que ponto o *desenvolvimentismo* era realmente nacionalista? O nacionalismo estrutural havia sido desde os anos 30 uma característica necessária do autoritarismo tendo em vista o fato de que a quebra da divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento interno do capitalismo não podiam se dar sem que se colocassem barreiras a impedir o fluxo fácil e destruidor de forças econômicas e políticas internacionais. Ao mesmo tempo que internamente o capitalismo autoritário tinha que forçar a reorientação do excedente social da agricultura para a indústria, na frente externa tinha que erigir essas barreiras protetoras.

Duarte (1966) de certa forma percebeu que quanto mais difícil fosse a posição do Estado, mais teria de ser autoritário internamente. É provavelmente por isso que o movimento nacionalista das primeiras décadas do século, antes mesmo de ser incorporado pelo Estado, chega a ser por vezes caricato em algumas de suas expressões extremas. E é também provavelmente por isso que na fase inicial de estruturação do capitalismo autoritário o Estado teve de recorrer a um regime autoritário. De forma

semelhante o mesmo aconteceu, quanto a suas relações externas, com o nacionalismo. Foi certamente por causa das circunstâncias particulares do Brasil, que por simples “peso” sempre lhe deram uma certa voz nas relações externas, que o nacionalismo foi ao mesmo tempo viável como política estatal e sempre restringido, nunca tendo, na medida em que era política estatal, que se tornar radical (como seria o caso do atual regime peruano, por exemplo). Porém, assim mesmo dominava.

Na segunda metade dos anos 50 o Brasil já havia fortalecido a sua posição como país em processo de industrialização. Por outro lado, precisava de mais capital e tecnologia para levar adiante essa industrialização. Teria sido possível continuar a industrializar-se com uma postura predominantemente nacionalista? Esse foi o grande debate do período Kubitschek. Em nossa opinião, nessa época o nacionalismo como face externa do autoritarismo entrou numa crise que só culminaria em 1964. A curto prazo essa crise foi camuflada pelo *desenvolvimentismo*.

Em geral e em vista do “sucesso” do *desenvolvimentismo*, a Esquerda emprestou-lhe uma espécie de apoio crítico, ao mesmo tempo que buscava fazer com que se inclinasse para o nacionalismo. Ao invés de opor-se ao governo como um todo, assinalava determinadas figuras que supostamente representariam o imperialismo no interior do governo. Toda uma teoria de uma espécie de “capitalismo nacional” foi desenvolvida, exatamente num momento em que a tendência principal começava a ser na direção *oposta*. Não foi claramente percebido pela Esquerda que no que dizia respeito ao capitalismo no Brasil, o nacionalismo não era um fim em si mesmo e sim parte de uma lógica que pouco tinha a ver com a democracia ou um passo na direção do socialismo, e que um modelo de economia mista não era incompatível com uma dominância cosmopolita.

Parece que se naquele momento tivesse surgido uma resistência muito poderosa da parte do imperialismo contra o desenvolvimento brasileiro, o “capitalismo nacional” poderia ter tido a sua chance. A retórica do “capitalismo nacional” insistia em que o imperialismo era *contra* o desenvolvimento do Brasil. Na verdade as coisas não eram tão simples.

Havia de fato interesses fortes contra a industrialização. O Fundo Monetário Internacional, particularmente, insistia numa espécie de crescimento equilibrado e cuidadoso com uma redução nos gastos governamentais contrária à própria natureza do capitalismo autoritário e

que, uma vez aplicado, levaria a um impasse. Pelo menos cinco fatos, no entanto, precisam ser assinalados:

1. O imperialismo não constituía um bloco sem contradições. Embora se pudesse argumentar, por exemplo, que na época as principais firmas americanas não estavam particularmente interessadas em investir na produção dentro do país, Kubitschek foi capaz de atrair firmas européias e algumas firmas “marginais” norte-americanas. No momento isso bastava.
2. A guerra fria estava no auge e o imperialismo não podia correr o risco de perder a sua influência e atirar o Brasil gratuitamente em uma posição perigosa. Assim, os empréstimos estrangeiros foram em geral garantidos.
3. A “burguesia nacional” como um todo jamais fora uma força independente de grande peso e consequentemente receava uma política que poderia levá-la a ser engolida por seu aliado esquerdista.
4. O Estado brasileiro, ao contrário do que propugnam certas “teorias de dependência”, não era inerte em face da pressão internacional e podia, até certo ponto, resisti-las (como foi o caso com as pressões do FMI) sem ter que contestar radicalmente as regras do jogo.
5. A poderosa realidade do desenvolvimento combinado trabalhava contra qualquer capitalismo autárquico que teria ensejado – apesar de toda a “exploração imperialista” – custos sociais mais elevados e um passo injustificado para trás do ponto de vista do capitalismo.

Como dissemos, no entanto, havia forças externas opondo-se à industrialização, pois isso provocaria mudanças no sistema estabelecido de trocas. Havia também forças internas que não iam contra o princípio da industrialização mas que na prática, por se oporem à forma em que era conduzida (desequilibrada, inflacionaria etc.), objetivamente se colocavam contra. Esse foi o caso, por exemplo, dos setores mais tradicionais das camadas médias, que dependendo de salários fixos contribuíram desproporcionalmente, através dos mecanismos da inflação, para a acumulação capitalista⁴.

⁴ Albert Hirschman (1963: 222-23) observa que a inflação pode servir uma função importante ajudando a ganhar um tempo precioso para resolver tensões sociais que de outra

Enquanto houvesse oposição, o simples *desenvolvimentismo* era, de certa forma, nacionalista, tal como antes (devido às pressões do sistema capitalista internacional) o nacionalismo (em contraste com o nacionalismo de outras épocas históricas) tinha que ser desenvolvimentista. O foco havia mudado, mas contrariamente às idéias do “capitalismo nacional” o *desenvolvimentismo* nessa fase era o nacionalismo, em processo de encolhimento, necessário do ponto de vista do capitalismo autoritário. Nem mais, nem menos. E certamente que o autoritarismo, num sentido estrutural, continuava a caracterizar o modo de articulação entre o político e o econômico. Aos poucos o autoritarismo e o nacionalismo se dissociavam, e com isso aparecia, por outro lado, mais claramente a distinção entre o cosmopolitismo, que tendia a se associar ao autoritarismo, e o liberalismo.

Um novo regime autoritário e as questões que levantou

De 1961 em diante o crescimento industrial brasileiro caiu consideravelmente e foi acompanhado por um período de contínua crise política. O diagnóstico da situação pela CEPAL, aceito em amplos círculos (inclusive na Esquerda) era que o processo de substituição de importações havia se completado. Consequentemente, qualquer novo crescimento dependeria dum alargamento do mercado consumidor que servira de base para a substituição de importações. Isso só poderia ser realizado através das chamadas “reformas estruturais”, incorporando ao mercado as massas “marginalizadas”. No primeiro plano dessas reformas estaria uma reforma agrária “radical” através da qual pela primeira vez haveria uma intervenção deliberada na “estrutura agrária” que havia sido deixada intocada durante todo o processo de industrialização, desde Vargas. A alternativa a isso seria a estagnação econômica crônica.

Visto em retrospecto, mesmo esse diagnóstico não parece ter sido inteiramente correto. Mas pelo menos apontava para um aspecto importante

maneira poderiam atingir um ponto de ruptura e fornecendo espaço adicional para manobras sociais durante um período particularmente crítico ou disruptivo do desenvolvimento. Do nosso ponto de vista isso acontece exatamente porque a inflação, nesse caso, até um certo ponto serve como um modo disfarçado e aparentemente não privilegiador de acumular capital que é particularmente relevante para o desenvolvimento capitalista autoritário. No Brasil uma boa parte desse capital foi canalizado para investimentos governamentais ou patrocinados pelo governo.

da situação. Outro aspecto importante recentemente posto em discussão é que a inflação não estaria mais funcionando convenientemente como uma das principais fontes de acumulação de capital: em primeiro lugar porque já não era suficiente, por já estar muito alta e haver necessidades crescentes de capital (Tavares, 1972); e em segundo lugar porque a massa da população estava reagindo contra os seus efeitos exploradores, seja por toda sorte de artifícios individuais, seja através de confrontações diretas de classes que tendiam a romper o “pacto populista” (Oliveira, 1972).

O que nos interessa no momento, todavia, é que o indiscutível reavivamento do crescimento econômico depois de 1968 coloca *ex-post* dúvidas sérias sobre a *terapia* proposta, ou pelo menos sobre o seu caráter necessário. Assim, pode ser útil tentar compreender que concepções gerais presidiram a terapia proposta, sobretudo porque essas concepções continuaram presentes mesmo após a instalação do novo regime autoritário em 1964. A admissão posterior de que uma série de ocorrências inesperadas haviam se produzido não tem sido seguida em geral de uma reavaliação mais geral, apesar de certos passos positivos nessa direção. Em grau maior ou menor durante certo tempo esse provavelmente será o caso de todos os cientistas sociais brasileiros, até que através de um esforço coletivo se complete essa reavaliação das concepções anteriores.

Em nossa opinião a dificuldade vem basicamente do fato de o capitalismo burguês clássico continuar a ser o modelo para a maioria de marxistas e não-marxistas. Mesmo quando rejeitam a possibilidade do desenvolvimento capitalista para os países “subdesenvolvidos” ou apontam para as suas dificuldades, isso ainda parece provir do fato de o desenvolvimento burguês ser o único modelo de desenvolvimento capitalista. Assim, Gunder Frank (1969) fala do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” baseado numa concepção abstrata do que seja o desenvolvimento “verdadeiro”. Francisco de Oliveira é particularmente claro nesse sentido quando fala do período pós-64 como não constituindo uma revolução econômica burguesa, mas aproximando-se do seu oposto: uma “contrarrevolução” (Oliveira, 1972: 71). E Florestan Fernandes, de forma semelhante, fala de um desenvolvimento burguês distorcido, inconsistente ou inacabado, constituindo uma espécie de “sociopatia”, concepção esta que não deixa de estar por detrás de boa parte da produção sobre “concentração da renda”. A ausência de um quadro de referência teórico adequado, além do mais, parece tornar difícil admitir que o

desenvolvimento capitalista possa ocorrer no Brasil da maneira como se dá sem que isso leve à aceitação da perspectiva do regime sobre esse desenvolvimento e o seu provável resultado.

Aparentemente a categoria de “subdesenvolvimento”, cujo uso tornou-se tão amplo a partir da década de 50, deveria evitar a manutenção do modelo clássico para os países atrasados. Mas de fato não foi o que aconteceu, mesmo entre aqueles que não consideravam o subdesenvolvimento literalmente como se referindo a um estágio anterior ao desenvolvimento. A especificidade do subdesenvolvimento parece ter sido vista como consistindo de certas características que seriam “obstáculos” ao desenvolvimento; mesmo, no fundo, para aqueles que se colocariam aparentemente contra essa postura em nome de uma posição revolucionária. O objetivo principal da ação política deveria ser a remoção desses obstáculos (de forma “reformista” ou “revolucionária”, conforme o caso), de maneira a que o desenvolvimento pudesse se proceder de uma maneira, se não semelhante, pelo menos análoga ao dos países “desenvolvidos”. Embora alguns ajustamentos, devido a suas peculiaridades, fossem considerados necessários (e sem eles não se reconheceria a existência do desenvolvimento), esses ajustamentos eram vistos como tendo a ver com os meios, não com o produto final. Por outro lado, um grupo menor (no caso do Brasil), diante da percepção correta da impossibilidade de seguir-se o modelo clássico de desenvolvimento capitalista, concluía que o subdesenvolvimento só seria superável através de um caminho socialista (reduzido então a uma simples alternativa de desenvolvimento econômico) ou de um caminho “terceiro-mundista” original.

Ao mesmo tempo, o “subdesenvolvimento” como tal era por vezes visto como consistindo em uma realidade da mesma ordem que o capitalismo ou o socialismo. Como diz Oliveira (1972: 7-9), era como se fosse um modo de produção. O dualismo – com a ideia de que países como o Brasil consistiam em duas partes separadas e irreconciliáveis: uma moderna, a outra arcaica – era uma variante dessas concepções. Mesmo aqueles, no entanto, que rejeitavam o dualismo, apegavam-se às ideias correntes sobre o “subdesenvolvimento” sem nenhuma alternativa aparente a não ser uma identificação ainda mais simples com o desenvolvimento capitalista clássico.

Entre estudiosos e políticos a questão parecia ser: poderia um país “subdesenvolvido” como o Brasil ser capaz de levar adiante uma “revolução burguesa” e tornar-se um país capitalista “desenvolvido”? Em síntese as respostas variavam desde:

1. Um *sim* incisivo, contanto que aprendêssemos com a experiência dos países “adiantados”, além de utilizar a sua ajuda na forma de empréstimos e investimentos para conseguir o capital de que carecíamos;
2. *Sim*, caso as “reformas estruturais” fossem levadas a cabo (o que criaria através de uma intervenção deliberada uma situação mais próxima da situação “natural” dos países “desenvolvidos” numa fase anterior) e contanto que ou os países “desenvolvidos” fossem convencidos a serem mais justos (na versão CEPAL) ou contanto que fôssemos capazes de romper o cerco do imperialismo (na versão da Esquerda) e estabelecer um “capitalismo nacional”;
3. *Não*, o “subdesenvolvimento” é um produto do próprio capitalismo e com o passar do tempo tornar-nos-emos mais “subdesenvolvidos”, a não ser que tentemos um caminho socialista para o desenvolvimento (numa das versões) ou algum tipo de caminho nacional ou terceiro-mundista original, o que pareceria neste último caso implicar a criação de um modo de produção específico “misto”, que não seria nem capitalista, nem socialista.

O ponto de referência, no entanto, era basicamente o mesmo para a avaliação das possibilidades para o desenvolvimento capitalista e em grande parte ainda é. O problema parece ser que tanto para os que acreditam quanto para os que não acreditam na possibilidade do desenvolvimento capitalista, *um desenvolvimento capitalista alternativo ao burguês não é percebido*. O uso da categoria de “subdesenvolvimento” apenas camufla isto. Mesmo o “capitalismo nacional” por um lado deveria depender da “*burguesia* nacional” e por outro implicava um rompimento muito forte nos laços com o sistema capitalista internacional que parece inconsistente a longo prazo com o próprio capitalismo. O que de fato aconteceu desde 1964 é que os laços com o capitalismo internacional se fortaleceram, a iniciativa estatal continuou a aumentar e após um período inicial a economia começou a crescer a taxas que em alguns casos superaram as dos anos 50.

Mais uma vez um movimento levado adiante sob a bandeira do liberalismo reforçou o autoritarismo. O período 1964-68 marcou o estabelecimento gradual de um *regime autoritário* completo. Isso foi aparentemente tornado necessário para o capitalismo autoritário, analogamente ao papel do Estado Novo nos anos 30 consolidando o nacionalismo autoritário, devido à passagem a uma *nova fase* do desenvolvimento caracterizado pelo cosmopolitismo dominante. Um traço adicional e complementar a esse foi a necessidade de maiores volumes de acumulação capitalista impossíveis sob o populismo, o qual havia sido “funcional” para a mobilização necessária ao desenvolvimento capitalista em estágios anteriores, mas tinha agora que ser destruído⁵.

Na frente econômica, a política liberal mostrou-se simplesmente inaplicável por muito tempo. O Estado foi forçado a preencher os “vazios” na economia e gradativamente, na prática, houve uma reversão completa das intenções declaradas. De acordo com a *Conjuntura Econômica* (1973: 78), por exemplo: “entre 1964 e 1969, foram criadas ou passaram ao controle federal, maior número de empresas que em qualquer outro período analisado, isoladamente.”

Em 1969 somente as empresas governamentais eram responsáveis por cerca de 25% da formação bruta de capital fixo do país (1973: 88).

A conexão anterior entre autoritarismo e nacionalismo, no entanto, não reapareceu. Isso aparentemente se deveu aos novos requisitos para o funcionamento do sistema e ao fato de que como não havia reversão possível para a industrialização, *não havia mais uma oposição significativa a ela* e as principais firmas internacionais agora pretendiam lucrar através dela no contexto duma tentativa de nova divisão internacional do trabalho.

Isso não significa dizer que o nacionalismo de velho estilo desaparecera de cena. Continuava:

1. como uma fachada ideológica;
2. como o meio de controlar eventuais excessos disfuncionais no cosmopolitismo que poderiam, por exemplo, levar ao abandono de certas

⁵ Isso não significa dizer que o populismo necessariamente cria uma massa de trabalhadores privilegiados, mas limita a taxa de exploração.

posições estatais, dando vantagens desnecessárias a firmas estrangeiras etc.;

3. como uma reação a algumas tendências protecionistas nos países “desenvolvidos” e reduzido a uma dose respeitável de patriotismo nas negociações internacionais em geral;
4. como o meio de expressão para facções burocráticas em oposição e para parte da Esquerda que insiste no seu uso para criar uma divisão no sistema dominante.

Aos poucos deu-se uma mudança no pessoal político e nas alianças. Gradativamente, velhos liberais foram substituídos por velhos autoritaristas⁶. Os políticos tradicionais responsáveis pelo sucesso do movimento liberal de 1964 foram ou politicamente destruídos ou subjugados. A centralização não só prosseguiu, mas acelerou o seu ritmo, e a autonomia estadual praticamente desapareceu.

É interessante, no entanto, observar que nenhuma ideologia autoritária completa presidiu a essas mudanças. Na esfera econômica o *pragmatismo* foi a sua justificação e na esfera política, a *temporalidade*.

É importante separar o problema de um regime autoritário do problema do capitalismo autoritário. Todavia, o reaparecimento de um regime autoritário reforçando (ou sustentando) o autoritarismo estrutural é um indicador importante da permanência relativa desse último. “Sociopatia” e “contra-revolução” não parecem ser categorias válidas para interpretar isso⁷. O mesmo pode ser dito da ideia de que até o final dos anos 50 a dominância do político era devida a uma “transição” ao capitalismo (apesar do enorme mérito dessa proposição ao reconhecer a legitimidade da colocação da dominância do político num enquadramento marxista), implicando, ao que parece, que isso teria terminado *caso* uma revolução burguesa, e não uma “contra-revolução”, tivesse ocorrido (Oliveira, 1972). É essa uma das razões pelas quais a noção de capitalismo autoritário pode

⁶ Em posições de aparência mais “técnica”, no entanto, houve um grau bastante grande de continuidade, mesmo em relação ao período pré-64, o que parece indicar a consistência pré e pós-64 em termos de um autoritarismo estrutural.

⁷ Há um outro sentido em que talvez se pudesse falar em “contra-revolução”: se aceitarmos que em 1964 havia uma revolução posta na ordem do dia que seria socialista, e não burguesa. Mas essa é outra questão.

ser útil. De fato esse período só teria sido realmente uma “transição” se uma revolução burguesa subsequente e a transformação do Estado num simples agente direto da burguesia fossem logicamente necessários. Como dissemos na primeira parte deste trabalho, no caso do capitalismo autoritário a “transição” parece cristalizar-se, e assim *não há inconsistência entre o desenvolvimento capitalista e as práticas autoritárias e estatizantes pós-64*.

A lenta percepção da insuficiência de categorias como “subdesenvolvimento” e “dependência” leva hoje uns poucos cientistas sociais a começar a rejeitá-las e voltar ao uso mais exclusivo de categorias clássicas. Na medida em que isso implique em livrar-se de certos ecletismos ou da preferência por um capitalismo “melhor”, trata-se de um movimento positivo. Porém esse movimento recente revela ainda mais sem rodeios a referência sem mediações ao *Capitalismo* como tal (por exemplo através da exigência de uma relação direta entre o “geral” e o “particular”) e corre-se o risco de ao se notar as dificuldades daí decorrentes retomar-se pendularmente a novas formas de ecletismo. Noções como a de capitalismo autoritário não se referem estritamente ao nível dos modos de produção, e portanto não interferem na relação entre o “geral” e o “particular”.

* * *

Um dos aspectos principais de uma “transição” ao capitalismo é a chamada acumulação primitiva. Historicamente a sua principal fonte tem sido o campo e as áreas sujeitas a um “colonialismo interno”. Para os países que não têm possibilidades propriamente colonialistas são essas fontes praticamente as únicas. Se a “transição” tende a cristalizar-se, então deveríamos esperar que o mesmo aconteça com a acumulação primitiva. Aparentemente foi esse o caso no Brasil, e como veremos nos próximos dois capítulos o campesinato e a *fronteira* parecem estar ganhando um papel novo e crescente nesse processo contínuo de acumulação primitiva.